



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CONTRA AS ILUSÕES LEGALISTAS

unidade combativa dos democratas

O descontentamento cresce por toda a parte contra as consequências da política anti-nacional de Salazar, descontentamento que se vai transformando em acções, ainda relativamente modestas, é certo, mas num crescendo regular que faz prever novas e maiores lutas de massas à escala nacional dentro de um prazo mais ou menos curto. Apesar das enormes dificuldades que as massas trabalhadoras e as camadas laboriosas da cidade e do campo têm de enfrentar, as condições objectivas para a organização e desencadeamento de lutas reivindicativas de carácter económico e político são favoráveis. Mas, para que delas se possa tirar todo o proveito, impõe-se um esforço organizativo e unitário da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo e das forças democráticas.

Uma apreciação objectiva da situação nacional mostra sem contestação alguma o agravamento das contradições internas do regime e, paralelamente, a agudização das contradições entre o regime e todo o povo português.

A derrota dos colonialistas portugueses é uma questão de tempo

Longe de se encaminhar para um fim vitorioso, do ponto de vista dos colonialistas portugueses, a guerra que estes conduzem contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné tomou, nos últimos tempos, uma feição ainda mais desfavorável à camarilha governante.

No campo de batalha, as perdas em vidas e material são cada vez maiores, o que vem provocando descrenças e sérias preocupações quanto à duração da guerra colonial e desfecho da mesma entre alguns apaniguados do regime e mesmo entre militares de alta patente. No passado dia 17 de Janeiro, o brigadeiro Fernando de Oliveira declarava na chamada Assembleia Nacional que não era o valor dos chefes militares que o preocupava. «É antes — dizia ele — a capacidade de encaixe da Nação ao desgaste prolongado que vai durar não sabemos quantos anos. Guerra que aos militares transcende e ultrapassa, guerra que só a Nação toda poderá aguentar...» E noutro passo: «Nada de afirmações de que a guerra está quase ganha ou que vai em breve sê-lo!» (Os sublinhados são nossos)

Por sua vez, alguns capitalistas tratam de pôr a seguro fora do país grossas somas, calculando-se em mais de 14 milhões de contos o

dinheiro saído do País nos últimos tempos.

Recentemente, tanto o alto comando de Moçambique como o de Angola pediram mais soldados e material de guerra para enfrentarem a situação cada vez mais difícil. Mais 5 batalhões foram enviados para Moçambique e 4 para Angola. Cerca de 110.000 soldados encontram-se hoje nas colónias de Angola, Moçambique e Guiné. O progressivo agravamento da situação exigirá sempre mais soldados para fazerem uma guerra em defesa dos superlucros dos monopólios.

A recente proposta de lei sobre o prolongamento do serviço militar, embora em certos aspectos tenha em vista legalizar o que se vinha praticando desde que começou a guerra nas colónias portuguesas, isto é, 3 anos nas fileiras, mostra, por si só, que a guerra colonial toma, cada dia que passa, aspectos mais alarmantes para os colonialistas portugueses. Alarmantes para os colonialistas portugueses, mas de pesadas consequências para as massas trabalhadoras, para o povo português, para a nossa juventude que morre por uma causa injusta e criminosa.

A lei militar em questão mostra também ser uma primeira tentativa, digamos, o primeiro

passo para a militarização de toda a vida e de todas as actividades nacionais. O voluntariado proposto para as mulheres parece mostrar que os fascistas e colonialistas portugueses prevêem para muito breve dificuldades maiores em recrutar homens para a fogueira da guerra colonial, o que pode significar que do voluntariado à obrigatoriedade dista apenas um pequeno passo.

A nomeação recente do major Silva Pais e do tenente Jorge Ferreira, respectivamente director e inspector superior do bando da PIDE, para os cargos de inspector-geral e de inspector superior das Actividades Económicas, mostra não se tratar apenas de nomeações de rotina a premiar bons servidores do regime,

mas antes de um plano maduramente pensado, imposto pelas perspectivas de agravamento da situação económica, em particular no terreno do abastecimento público. Uma tal nomeação enquadra-se no plano geral de militarização do país e na transformação de organismos administrativos em organismos policiais e de espionagem política.

A camarilha salazarista prevê o agravamento constante das dificuldades do regime provocadas pela situação que criou, mas ao mesmo tempo dispõe-se a aguentar a todo o custo. A ideia corrente, nalguns meios oposicionistas, de uma possível e provável «liberalização» do regime, não passa de pura e perigosa ilusão.

Mais gastos com a guerra colonial

O orçamento do Estado para 1967 fornece-nos também dados elucidativos para se avaliar da situação.

Numa despesa prevista de 20.204.300 contos, serão dispendidos com a guerra colonial, com outras despesas militares ao abrigo do Pacto do Atlântico e com as forças repressivas a linda soma de 8.065.700 contos. Naturalmente que se trata apenas das verbas a gastar directamente, porquanto, a cargo dos ministérios das Obras Públicas e das Comunicações, sairão centenas de milhar de contos para a construção e ampliação de aeródromos e de estradas estratégicas em Portugal e nas colónias.

Aumentam as despesas militares mas dimi-

nuem as despesas com o fomento. Para o chamado Plano de Fomento haverá, orçamentados, apenas 2.145.400 contos, isto é, menos 57.900 contos do que em 1966. Para outros investimentos haverá, orçamentados, apenas 106.500 contos, isto é, menos 63.000 contos do que em 1966.

As linhas gerais orientadoras do orçamento para 1967 deixam prever que as despesas militares serão acrescidas no decorrer do ano com novos e substanciais suplementos, enquanto que com o fomento económico, com o ensino, a cultura, a investigação científica, a saúde, só se poderá gastar até 90% das verbas orçamentadas.

Portugal base estratégica dos fomentadores de guerra

A submissão de Portugal aos imperialistas norte-americanos e oeste-alemães, levada a cabo por Salazar e a sua camarilha sem-pátria, em troca de uma ajuda para conduzirem a guerra contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné e para se manterem no poder contra a vontade expressa do povo português, faz adensar sobre o país graves perigos. Ao mesmo tempo, essa submissão custa às massas laboriosas centenas de milhar de contos todos os anos. Para a construção da base militar oeste-alemã de Beja, foram orçamentados para 1967 mais 650.000 contos; para obras no âmbito do agressivo Pacto do Atlântico, mais 105 mil contos; para a construção da base francesa na ilha das Flores (Açores) mais 50.000 contos.

Em Vila Chã (a 14 quilómetros do Porto em direcção à Póvoa de Varzim) procede-se apressadamente à expropriação de terrenos para neles se construírem obras militares no âmbito do Pacto do Atlântico, que tanto podem ser depósitos para armamento como rampas para lançamento de mísseis. É preocupante para o povo português que sejam alemães ocidentais

os seus construtores, pois o facto pode indicar que se trata da construção de uma segunda base militar para os revanchistas da Alemanha Ocidental.

Mas a entrega de Portugal, pela mão de Salazar, continua: no passado dia 9 de Janeiro chegou a Portugal uma missão militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte com a incumbência de fazer «um estudo de reconhecimento com vista a uma possível instalação do Centro de Abastecimento da O.T.A.N.» até agora instalado em França. Com esse objectivo a dita missão visitou os aeródromos de Alverca, Pedras Rubras, Espinho e Montijo. «Possivelmente» teremos dentro em breve em Portugal uma nova base militar de proporções enormes.

A transformação de Portugal num campo de bases militares dos fomentadores de guerra norte-americanos e oeste-alemães acarreta graves perigos. Ninguém pense que, em caso de guerra, os países agredidos não tratarão de reduzir essas bases ao silêncio, o que significará a transformação de Portugal num campo

de ruínas e de morte. Ante esta perspectiva, nenhum sector democrático pode ficar inactivo na mobilização do povo para a luta contra

a instalação de novas bases militares em Portugal e pela entrega das existentes ao exército português ou pelo seu desmantelamento.

Unidade para o derrubamento da ditadura

Que implica a situação que acabamos de esboçar, em linhas gerais, para a classe operária, para as massas trabalhadoras, para o povo português? Implica uma exploração acrescida, a vida cada vez mais cara, impostos cada vez mais elevados, a morte de milhares de homens na plenitude da vida numa guerra injusta contra os povos das colónias portuguesas.

O processamento da militarização das actividades nacionais (produtivas e administrativas), que começa a desenhar-se, trará consigo um novo e maior agravamento das condições de vida das massas populares e maiores limitações na deslocação de pessoas e de mercadorias, a aplicação das leis militares de tempo de guerra a toda a população, etc., etc..

Será inevitável a concretização de uma tal perspectiva? Não, não é inevitável. Está nas mãos da classe operária, das massas trabalhadoras da cidade e do campo, do povo português, das forças democráticas, evitar que ela se concretize com todas as suas perigosas consequências. Mas isso implica a necessidade de uma luta imediata contra a situação que se está gerando e por uma mudança de regime e de governo por meios revolucionários. Tal objectivo, porém, não se alcança apenas por ser esse o nosso desejo. Exige uma luta diária encarnizada da classe operária e das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações económicas, contra a guerra colonial, contra a instalação de bases militares estrangeiras em Portugal, contra a repressão e pela amnistia,

contra a censura. Nesta luta diária e encarnizada, a classe operária e as massas trabalhadoras da cidade e do campo têm necessidade de criar um sem número de formas de organização (legais, semi-legais e clandestinas) para organizarem cada vez melhor as suas acções, dirigirem acertadamente as várias fases que a luta comporta, e realizarem na prática a sua unidade de classe: unidade que é absolutamente indispensável para unir em volta da classe operária e dos trabalhadores da cidade e do campo todo o que a Nação tem de sã e progressivo, todos os que atingidos pela política anti-nacional de Salazar e dos monopólios estão interessados em defender os seus interesses e os interesses do País e operar uma mudança de regime e de governo.

A unidade das forças democráticas é absolutamente indispensável para conduzir ao derrubamento da ditadura fascista e à instauração de um regime verdadeiramente democrático, único meio para começarem a ser resolvidos os problemas nacionais.

Nesta batalha pela unidade da classe operária e de todos aqueles que aspiram à democracia, os militantes comunistas são obrigados a dar todas as suas forças e capacidades.

No interesse da classe operária, das massas trabalhadoras, do povo português e do País, uma mudança de regime e de governo deverá ser operada por meios revolucionários. Mais violentos, menos violentos, isso dependerá da resistência que a camarilha salazarista opuser à vontade popular.

A perspectiva do salazarismo sem Salazar

Uma mudança apenas de governo, ou de alguns homens, ou ainda de alguns homens mais queimados por outros menos queimados, não servirá os interesses das massas trabalhadoras, do povo português e do País. Uma tal perspectiva significaria (e pode significar por algum tempo) a continuação do salazarismo sem Salazar. Que uma tal perspectiva esteja a ser encarada pelos actuais governantes, pelos monopólios que servem e por certos representantes de certos países imperialistas ante o provável desaparecimento, mais ou menos próximo, de Salazar da cena política, por incapacidade física ou por morte, compreende-se perfeitamente. Mas que democratas apresentem ao país, depois de primeiro terem apresentado

ao presidente da República «soluções» que, se por hipótese pudessem ser postas em prática, a mais não conduziriam no fundamental, do que deixar tudo na mesma, ou seja, o poder dos monopólios e toda a estrutura do Estado actual, uma tal posição é que já é menos compreensível para nós.

Tendo presente o conteúdo de uma carta enviada a Salazar por alguns democratas pedindo autorização para realizar uma série de conferências públicas, não se pode deixar de concluir mesmo sem o desejarmos, que os signatários da mesma vêm a solução do problema político português em termos de sucessão de Salazar após a saída deste da cena política, sem se tocar nas estruturas do país.



Certas críticas positivas e certas reclamações igualmente positivas, inseridas numa exposição enviada ao presidente da República, a nosso ver em nada modificam o fundo da questão.

Nessa exposição, subscrita por 118 democratas e enviada no passado mês de Novembro ao presidente da República depois de se fazer uma larga análise crítica ao regime e uma cerada crítica ao actual governo, nalguns aspectos justas, os 118 democratas afirmam confiar na decisão de um homem que é uma criação acabada do actual regime. Esperar que um homem dos monopólios, como ele é, seja capaz de demitir o seu próprio chefe, isto é, Salazar, não passa dum contra senso. Por outro lado, afirmam estar «crentes na possibilidade de uma evolução pacífica para evitar a trágica confrontação dos extremismos ideológicos»; reclamam a nomeação de «um governo de transição e de união nacional com a participação de representantes das forças armadas» que «promova no prazo de um ano eleições livres», «aceite o mais largo debate nacional e nomeadamente sobre temas de política e adminis-

tração», «resgatar as liberdades públicas de pensamento, de associação e de reunião (o direito de greve foi esquecido), extinga a censura prévia administrativa», «amnistie as infracções políticas, de natureza criminal ou disciplinar», etc. (Os sublinhados são nossos). Os 118 democratas terminam por afirmar na citada exposição: «O que vimos reclamar é pois o saneamento da vida pública, o cumprimento da Constituição (da Constituição fascista, claro está) e a reintegração de Portugal como país do Ocidente europeu. Ao fazê-lo, pedimos a V. Ex.^a que evite a dilaceração do futuro e se torne o instrumento da história. A vida não pode ser negada, nem o tempo suspenso. E nenhuma força será bastante para continuar indefinidamente o puro arbitrio da autoridade e do poder pessoal. Pode V. Ex.^a contar com o apoio e a colaboração dos signatários e de todos quantos eles possam representar directa e indirectamente, para esse gesto histórico de libertação nacional e de reintegração de Portugal num regime de dignidade, de lei, de Justiça e de Verdade». (Os sublinhados são nossos).

Um governo que sirva os interesses do povo

Não, o caminho apontado na exposição citada não é o caminho que leva à democracia, a um regime «de Justiça e de Verdade». E, por isso mesmo, esse caminho não interessa à classe operária, às massas trabalhadoras, ao povo português e a Portugal. A conquista da Democracia, da «Justiça e da Verdade» e de uma vida melhor alcança-se pela luta de massas árdua e cheia de sacrifícios de toda a espécie. É nas massas populares, é no povo que se deve confiar para instaurar em Portugal uma ordem verdadeiramente democrática que sirva os interesses desse mesmo povo — uma ordem democrática que destrua até às últimas raízes o poder dos monopólios. Só assim se poderá instaurar em Portugal um regime «de Justiça e de Verdade».

Não é num governo de «união nacional, com a participação de representantes das forças armadas», que o nosso povo pode confiar para reintegrar o país «num regime de dignidade, de lei, de Justiça e de Verdade». Um governo que nascesse nas condições propostas na ex-

posição dos democratas ao presidente da República, serviria, no fundamental, os interesses da grande burguesia.

Um governo que sirva de facto os interesses do povo laborioso e do País só poderá ser um governo democrático, saído de uma revolução democrática e nacional realizada pelo povo em armas, e composto por representantes de todas as forças participantes na Revolução.

Só um tal governo saído de uma tal revolução estará em condições de destruir o Estado fascista, e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

Forjemos uma frente unida e combativa

Na citada exposição ao presidente da República, os democratas que a subscreveram mostram-se preocupados com a ideia de se evitar aquilo a que chamam «trágica confrontação dos extremismos ideológicos». Aqui começamos a ter mais dificuldade em compreender em que posição ficariam os democratas em questão no caso, muito provável, de uma tal confrontação num período de tempo relativa-

mente curto. A saída violenta que hoje se coloca à classe operária, aos democratas e ao povo português para uma mudança de regime e de governo nunca foi desejada pelo Partido Comunista Português, nem pela classe operária, nem pelo povo português. Ela foi imposta a todos pela ditadura salazarista e pelos monopólios que serve.

A «confrontação dos extremismos ideológi-

coas» não terá nada de trágico para o povo português e para o País. Pelo contrário. O trágico reside no facto de, frente às violências e ao terror fascistas, os democratas e anti-fascistas portugueses não terem sido capazes, até hoje, de forjar uma verdadeira unidade democrática de combate, uma verdadeira frente nacional anti-fascista, audaz e combativa que já tivesse sido capaz de enfrentar o regime fascista e de destruí-lo até às últimas raízes. É uma tal frente unida e combativa que é necessário criar sem perda de tempo para libertar Portugal do poder dos monopólios e da praga fascista encabeçada por Salazar, para instaurar um regime democrático no nosso País.

Organizando as lutas da classe operária e das massas trabalhadoras pelas suas reivindicações económicas, políticas e sociais e pondo-se audazmente à sua frente nos combates contra o capital; levantando a cada passo os problemas candentes dos camponeses, da

pequena burguesia urbana, da intelectualidade, dos estudantes e ajudando a organizar as suas lutas pela defesa dos seus interesses específicos; organizando e ajudando a organizar acções de protesto contra a instalação de novas bases militares estrangeiras em Portugal e pela entrega imediata ao exército português das bases das Lages, de Beja e de todas as que se encontram sob o controle dos organismos militares do Pacto do Atlântico; organizando e ajudando a organizar acções de massas contra a repressão e pela amnistia, pela abolição da censura, contra a guerra colonial e pelo regresso dos soldados das colónias; orientando toda a sua actividade neste sentido, os militantes comunistas darão uma contribuição decisiva para a criação da ampla frente de combate, democrática e anti-fascista, necessária para derrubar o governo de Salazar e instaurar a Democracia em Portugal.

CONTRA A CENSURA

Pela defesa da cultura nacional

UNIR E ORGANIZAR OS INTELECTUAIS

Parte integrante da política de exploração e opressão das massas populares e laboriosas do nosso país, a «política do espírito» salazarista tem assentado fundamentalmente, ao longo dos 40 anos de tirania fascista, na censura obrigatória e na repressão policial.

A actividade intelectual progressista no nosso país, apesar de amordaçada e perseguida, tem podido desenvolver-se graças à tenacidade e coragem dos intelectuais anti-fascistas que, opondo-se aos desígnios retrógrados e anti-populares da camarilha salazarista, têm conseguido produzir obra válida e duradoura para o nosso património cultural.

Desempenhando a sua função criadora, os intelectuais democratas opõem-se à ditadura fascista porque os inspiram os ideais de liberdade, de progresso e de paz. Procurando reprimir a manifestação de tais ideais, a censura prévia e obrigatória está na raiz do embate permanente entre os intelectuais progressistas e a política obscurantista do governo de Salazar.

A proibição de jornais sérios e anti-fascistas, a mutilação, proibição e confiscação de muitas obras de carácter progressista, a censura prévia e adulteração de informações objectivas sobre a vida nacional e do estrangeiro, as perseguições e prisões de intelectuais democratas prestigiados, os assaltos a livrarias, casas editoras e colectividades culturais, a proibição de publicação de obras estrangeiras de valor, são apenas alguns aspectos repressivos que o obscurantismo salazarista tem

tomado no nosso país e contra os quais os intelectuais anti-fascistas têm lutado e continuarão a lutar. O assalto e extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, que tão relevantes serviços prestara à literatura em Portugal, e da qual faziam parte os nomes mais prestigiados das letras portuguesas, foi um dos mais vergonhosos atentados do fascismo à literatura nacional.

O obscurantismo repressivo, de que é fulcro a censura prévia e obrigatória, tem causado prejuízos incalculáveis à vida cultural e material do povo português e ao progresso da Nação. A censura obrigatória é um poderoso instrumento anti-popular nas mãos da camarilha governante. Atrasando e dificultando e esclarecimento político das massas trabalhadoras, privando-as de verdadeiras fontes de informação, a censura salazarista tem procurado intoxicar e adormecer a sua consciência de classe.

Com o realismo progressista das suas obras, contrário à ideologia fascista e colonialista do governo de Salazar, muitos intelectuais têm desempenhado um importante papel desmistificador junto das massas populares.

Na acção esclarecedora da classe operária e das massas trabalhadoras, só um constante trabalho do Partido Comunista Português e vários aspectos da obra cultural dos intelectuais anti-fascistas têm podido dificultar e quase anular a influência ideológica do fascismo sobre as massas populares e trabalhadoras. A luta tenaz e corajosa que o povo português vem travando ao longo dos anos pela



conquista da liberdade política demonstra que ele escolheu definitivamente os ideais da democracia, da liberdade e da paz.

Mas se é certo que uma actividade profissional honesta e objectiva dos nossos intelectuais constitui só por si uma acção anti-fascista, também no campo político, nas mais variadas acções, eles têm dado a sua participação combativa à luta do povo português pela conquista das liberdades democráticas em Portugal. Em sucessivas campanhas eleitorais, na Campanha Nacional pela Amnistia, em acções contra as «medidas de segurança», em iniciativas junto da Ordem dos Advogados, em manifestações de solidariedade à luta dos estudantes e tantas outras, o movimento intelectual anti-fascista tem desempenhado um papel relevante para o desenvolvimento da luta pelas liberdades democráticas em Portugal.

No seu relatório «Rumo à Vitória», o camarada Álvaro Cunhal afirma a este respeito: «O grande movimento democrático dos intelectuais portugueses é um factor de importância primordial para o desenvolvimento geral do movimento anti-fascista até à vitória contra a ditadura e para a realização das tarefas que depois se colocarem ao povo português».

Num momento em que o governo de Salazar

Contra a política de guerra

Ascrições literárias, artísticas e científicas, que exprimem os anseios de verdade e beleza da inteligência e sensibilidade humanas, opõem-se por natureza a toda a acção destruidora e representam só por si uma poderosa força pacífica. Coerentes com a sua própria obra, os intelectuais progressistas não podem aceitar passivamente a política colonialista e belicista de Salazar, que sacrifica ingloriamente a nossa juventude, prossequindo odiosas guerras de extermínio em África, contra os anseios libertadores dos povos coloniais.

Isolado no plano internacional, o governo fascista amarra-se perigosamente aos militaristas e revanchistas de Bona e à pior reacção mundial, acorrentando-se cada vez com mais força aos seus patrões imperialistas da NATO, com vista a uma maior ajuda às criminosas guerras coloniais, ao mesmo tempo que procura dar nova vida ao Bloco Ibérico, dirigido contra os povos de Portugal e Espanha. Com a sua política belicista, a camarilha governante dissipa em despesas militares o que rouba em pão, cultura e progresso ao povo português e cava inevitavelmente a ruína da Nação.

A defesa do ensino e da cultura, da Universidade e da investigação é incompatível com os orçamentos de guerra que o governo de Salazar, ao serviço dos monopólios, impõe ao povo português e ao nosso País.

multiplica os seus ataques aos interesses vitais do povo português, os intelectuais progressistas desejam mais do que nunca pôr a sua pena e os seus talentos ao serviço do seu povo e do seu país. Opondo-se aos seus anseios criadores, a censura fascista é um obstáculo insuportável que se torna premente remover.

Por isso, os intelectuais comunistas devem presentemente orientar os seus esforços para a mobilização dos mais amplos sectores da nossa intelectualidade na luta pela abolição da censura, impulsionando-a, para que ultrapasse rapidamente a fase estacionária que está atravessando. Com efeito, o recente abaixo-assinado contra a censura, subscrito pelos profissionais de teatro, não teve a necessária repercussão nos restantes sectores intelectuais do nosso país. Além disso, a censura à imprensa e aos espectáculos, aliada à vergonhosa escassez das verbas destinadas à educação e à cultura, não atinge apenas intelectuais e artistas, mas também as mais vastas camadas do povo trabalhador.

Respondendo aos interesses gerais do povo português, a luta pela abolição da censura é ainda uma forma de estreitar os laços que devem unir os diferentes sectores da intelectualidade progressista e as massas populares.

Sem poderem ocultar a crise do ensino e o marasmo da investigação em Portugal, os governantes salazaristas, impotentes para darem adequada solução a tão graves problemas, recorrem cada vez mais descaradamente a artificios demagógicos, no que são obedientemente seguidos pelos reitores e directores reaccionários do ensino superior e universitário. Mas as verbas despendidas com a educação e o ensino desmentem toda a demagogia. Se analisarmos apenas os gastos relativos aos últimos 5 anos, veremos que se mantiveram praticamente sem alteração, o que representa efectivamente, tendo em conta a constante desvalorização da moeda, que o Estado fascista despende cada vez menos dinheiro com o ensino e a educação. Em 1965, por exemplo, essa verba constituía aproximadamente a sexta parte das despesas militares!

Os intelectuais progressistas, e os comunistas em primeiro lugar, não podem deixar de opôr-se activamente aos orçamentos e à política de guerra, de consequências duplamente nefastas para o desenvolvimento material e cultural do País, quer porque baixam ao mínimo os gastos sociais, quer porque as guerras coloniais, autêntico sorvedoiro de vidas humanas, massacraram milhares de forças jovens que são assim irremediavelmente perdidas para o desenvolvimento das riquezas materiais e in-

telectuais de Portugal.

Contra a indigência do ensino e da investigação, os protestos da nossa intelectualidade, ainda pouco frequentes e organicamente dispersos, não podem enfrentar de maneira consequente a pronta repressão fascista. Partindo isoladamente de algumas individualidades corajosas, tais acções, sem carácter organizado ou deficientemente organizado, estão sujeitas a sucumbir às primeiras ameaças repressivas.

Continuar a animar os protestos individuais é tarefa dos intelectuais comunistas, não deixando nunca de dar-lhes uma forma organizada, e devendo aproveitá-los sempre para desencadear amplas acções à sua volta e intensificar outras acções anteriormente iniciadas.

Na actual conjuntura política, a defesa da cultura e dos interesses específicos dos intelectuais está ligada à luta do povo português pelo fim do fascismo e pela democracia, pelo fim das guerras coloniais e pela redução dos orçamentos militares; à luta pela saída de Portugal dos pactos agressivos da NATO e Bloco Ibérico, pela destruição das alianças bélicas com a Alemanha Ocidental e particularmente contra a ocupação da base aérea de Beja pelas tropas alemãs; à luta contra os acordos salazaristas com outros governos ultra-reacionários contrários aos interesses nacionais e pelo estabelecimento de relações de amizade, intercâmbio cultural e cooperação pacífica com os países que seguem uma política de progresso e de paz.

Para os intelectuais comunistas, lutar pela defesa da instrução e da cultura significa organizar a luta por maiores verbas para o ensino e por uma autêntica reforma do ensino em Portugal; significa animar todos os sectores intelectuais interessados a fornecer opi-

niões e sugestões por iniciativa própria e a apoiar as acções já em curso.

Condição essencial para o desenvolvimento destas acções, a luta pela abolição da censura não pode deixar de constituir o objectivo imediato de todos os intelectuais progressistas e patriotas.

No aproveitamento de todas as possibilidades legais, o recurso a abaixo-assinados e declarações públicas, os debates profissionais, as conferências e debates públicos são formas já postas em prática que devem multiplicar-se com insistência.

Analisando a necessidade de intensificar a luta dos intelectuais, o relatório de Actividades do Comité Central apresentado ao VI Congresso pelo camarada Alvaro Cunhal, afirma: «O movimento progressivo dos intelectuais tem tido a caracterizá-lo a larga unidade na acção de todas as correntes de opinião anti-fascista. É com o mesmo espírito unitário que a luta deve prosseguir».

Esforzando-se pois, por unir e organizar os intelectuais progressistas e patriotas, ajudando a organizar e a intensificar as acções já em curso, os comunistas saberão encontrar, segundo as circunstâncias, as mais variadas formas de luta — legais, semi-legais e ilegais — neste importante sector do movimento democrático e anti-fascista.

A abolição da censura é uma aspiração comum de todos os intelectuais honestos e ao mesmo tempo uma reivindicação comum das forças democráticas e das massas populares. A luta pela abolição da censura é por isso um factor capaz de proporcionar a mais larga unidade de acção dos intelectuais e das mais variadas correntes da opinião anti-fascista para maiores combates pelas liberdades democráticas, pela defesa e enriquecimento da cultura nacional.

O REVOLUCIONARISMO PEQUENO-BURGUÊS

O bolchevismo cresceu, constituiu-se e temperou-se numa luta de longos anos contra o revolucionarismo pequeno-burguês, que se assemelha ao anarquismo ou possui algo de comum com ele e contraria as condições e necessidades de uma luta consequente da classe proletária. Está bem formulado teoricamente pelos marxistas e inteiramente comprovado pela experiência de todas as revoluções e de todos os movimentos revolucionários da Europa, que o pequeno-proprietário, o pequeno explorador (tipo social largamente representado, formando uma massa importante em muitos países da Europa que, em regime capitalista sofre uma opressão contínua e muitas vezes

um agravamento muitíssimo forte e rápido das suas condições de vida, e que o conduz até à ruína) passa facilmente a um revolucionarismo extremo, mas é incapaz de se mostrar consequente, organizado, disciplinado e firme. O pequeno burguês enraivece perante os horrores do capitalismo é um fenómeno social comum, como o anarquismo, a todos os países capitalistas. A instabilidade desse revolucionarismo e a sua esterilidade e a particularidade de se transformar facilmente em submissão, em apatia, em fantasia vão e mesmo em entusiasmo «FURIOSO» por esta ou aquela tendência burguesa «EM MODA», tudo isso é do conhecimento público. Mas o reconhecimento teórico e abstrato desses verdades não preserva de modo algum os partidos revolucionários dos velhos erros que reaparecem sempre de modo inapercebido sob uma forma ligeiramente nova sob um aspecto, ou num ambiente que ainda se não conhece, em condições particulares mais ou menos originais.

Lénine — O «ESQUERDISMO» — DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO

Edição portuguesa, páginas 5 e 6

ELEVEMOS O PARTIDO *ao nível das suas responsabilidades*

A força do Partido baseia-se na sua organização. Se esta se reduz, reduz-se igualmente a influência directa do Partido sobre a classe operária e as massas trabalhadoras, diminuem as lutas reivindicativas, enfraquece a luta popular e democrática contra o fascismo.

Para que o Partido realize com êxito a sua função de vanguarda da classe operária e das massas trabalhadoras é necessário vencer as graves deficiências que se registam na actividade do Partido e tomar as resoluções adequadas para que a organização se alargue e se estruture, para que se ponha termo aos métodos de rotina, do burocratismo, à falta de iniciativa e para que se leve à prática as resoluções saídas da última reunião do Comité Central.

As direcções em que deve ser conduzido o trabalho de organização

A nossa organização encontra-se muito aquém das reais possibilidades do Partido, do crédito político de que goza entre as amplas massas trabalhadoras. Os pontos brancos do nosso trabalho à escala do país demonstram-nos que não avançamos com suficiente firmeza e segurança no desenvolvimento da organização do Partido, na aplicação da orientação estabelecida pelo VI Congresso e pela reunião de Agosto do Comité Central.

Em que direcções se devem encaminhar os esforços dos militantes comunistas para desenvolver e estruturar a organização do Partido?

Os esforços dos militantes comunistas, tal como o definiu o VI Congresso e a reunião de Agosto do Comité Central, devem dirigir-se para os pontos fundamentais.

As grandes zonas industriais concentram um proletariado numeroso e combativo, que conduziu já importantes lutas contra a exploração capitalista, contra a política do fascismo, pela defesa das suas reivindicações e pela conquista da Democracia. Para essas zonas industriais se devem dirigir os esforços do Partido, para criar as organizações indispensáveis ou alargar e reforçar os organismos aí existentes.

As grandes empresas são centros de intensa exploração da classe operária, onde se aglomera um grande número de trabalhadores, submetidos a ritmos infernais de produção e a formas desumanas de trabalho, que regra geral possuem uma mais elevada consciência de classe, manifestada na condução de várias lutas.

Cabe aos organismos de direcção regional, aos funcionários do Partido, aos comités regionais, locais e às células de empresa tomar as medidas apropriadas para levar a organização do Partido às grandes empresas.

Nas regiões agrícolas de grande concentração da propriedade e onde, apesar das profundas alterações que se vêm processando nos campos, se mantém um proletariado rural com-

bativo, o Partido deve encarar igualmente medidas práticas e eficientes para que se criem novas organizações, se leve a necessária ajuda às que aí existem, para que elas se desenvolvam e assegurem aos trabalhadores rurais a direcção das suas lutas contra os grandes agrários e os grandes capitalistas que dominam na agricultura.

O que sucede ao trabalho do Partido quando se abandonam durante meses organizações inteiras e nalguns casos em condições de perigo?

Essas organizações podem perder-se para a luta, quando não cristalizam ou não recuam. A classe operária fica privada da acção dirigente do Partido. Este perde formas de contacto com as massas, isola-se. Torna-se muito mais difícil reorganizar o Partido nesses sectores.

É também na direcção das organizações desligadas que devem ser encaminhados os esforços dos organismos responsáveis, para que se encontrem as formas de restabelecer o contacto, de lhes fazer sentir a acção dirigente do Partido.

Saber distinguir o secundário do principal, no domínio da organização é também saber fazer avançar o Partido. São secundários certos contactos com camaradas isolados que não abrem perspectivas ao trabalho partidário. Mas são fundamentais as ligações, que oferecem ao Partido possibilidades de penetrar numa grande empresa ou numa zona industrial. Neste caso é necessário multiplicar esforços para que tais ligações dêem os seus frutos e o trabalho do Partido se desenvolva.

É indispensável alargar a organização do Partido nas principais cidades, pela forte concentração operária que registam e pelo papel que desempenham na vida política nacional. Nesta direcção também se devem intensificar os esforços dos militantes comunistas, para que o Partido penetre nas grandes unidades fabris, para que alargue a sua acção

aos quartéis, navios, aos estabelecimentos de ensino, às organizações de massas.

Para que o Partido avança nas direcções apontadas é necessário recrutar novos membros em condições de segurança e de seriedade.

As lutas reivindicativas são o melhor campo de recrutamento de militantes. Na preparação, organização e desenvolvimento das lutas rei-

vindicativas revelam-se os melhores lutadores da classe operária. Esses lutadores devem ser chamados ao Partido, educados por ele.

As lutas reivindicativas são uma dupla escola: apontam e educam os combatentes de vanguarda e elevam a consciência de classe dos trabalhadores.

Um novo estilo de trabalho de organização

A reunião do Comité Central de Agosto último denunciou as deficiências que se manifestam no domínio da organização. Entre as deficiências assinaladas figuram a rotina e o esquematismo, a falta de iniciativa dos quadros, os actos de indisciplina.

Em que consistem os processos de rotina no trabalho de organização? Consistem na realização de um tipo de actividade que não altera nem o ritmo nem os métodos de trabalho, que vive alheia ao que se passa à sua volta, que não está atenta às possibilidades de alargamento da organização, ignora as condições dos quadros, vive à margem das perspectivas políticas, não fomenta as lutas de massas.

Quando a rotina se instala na vida do Partido as organizações cristalizam, os militantes afrouxam a sua actividade, não se desenvolvem politicamente, isolam-se das massas e gastam as suas energias em tarefas secundárias que pouca ou nenhuma influência exercem na actividade do Partido. Os militantes tocados por processos de rotina não vêem abrir-se diante de si perspectivas de trabalho, não recrutam quadros, não alargam o Partido, não imprimem vida política activa às organizações.

O esquematismo emperra também o desenvolvimento do Partido. A organização estrutura-se a partir das possibilidades concretas, tendo em conta o número de militantes e simpatizantes, as condições do sector e dentro deste as particularidades das empresas, o nível dos quadros, as necessidades da defesa e a experiência do inimigo.

A transplantação esquemática de um tipo de organização de uma empresa ou de uma região para outra pode conduzir a erros graves que embarcam ou prejudiquem o trabalho do Partido.

Os esquemas para o recrutamento de militantes durante um período determinado pesam negativamente no desenvolvimento do Partido, pois facilitam o trabalho frenético e impensado, a falta de disciplina, o entusiasmo fácil, que levam a aceitar no Partido elementos provocadores ou que não reúnem as condições para ingressar nas suas fileiras.

O esquematismo conduz à criação de esquemas rígidos e artificiais, a uma deficiente apreciação dos quadros, a um trabalho de rotina, que emperra o desenvolvimento do Partido, a

sua acção organizativa, a sua função dirigente das lutas de massas. O esquematismo facilita o trabalho do inimigo, sobretudo quando se repetem formas antiquadas e conhecidas.

A falta de iniciativa é outra grave deficiência do nosso trabalho. Ela enfraquece a actividade geral do Partido.

«A falta de iniciativa dos organismos intermédios e em primeiro lugar dos organismos de Direcção Regional, reflectem-se depois em cadeia nos organismos imediatamente inferiores — diz o camarada Joaquim Gomes no Informe de Organização apresentado ao VI Congresso. Todos eles se habituam da mesma maneira a nada resolver sem a opinião do controlador, o que é profundamente errado. É errado porque uma tal concepção mata nos militantes o espírito de iniciativa, transforma-os em «paralíticos» que só se movem quando alguém os empurra».

Quando se enfraquece a disciplina do Partido abre-se ao inimigo a possibilidade de agir contra nós, de vibrar novos golpes, de enfraquecer a nossa acção, seja qual for o terreno em que os actos da indisciplina se praticuem.

Ante as dificuldades que o Partido atravessa impõe-se uma renovação de métodos no trabalho de organização, como indica o Comunicado do Comité Central saído da reunião de Agosto.

Para renovar os métodos de organização, o Partido no seu todo tem de travar um grande combate, de forma firme e consequente, contra a rotina, procurando ao mesmo tempo, com espírito criador e noção da responsabilidade, introduzir processos novos de actividade, resultantes do esforço colectivo dos organismos do Partido, de todos os militantes, de modo a ultrapassar a situação actual e a forjar uma nova experiência que arme o Partido e reforce e alargue a sua acção.

Para isso as organizações devem tomar novas iniciativas, buscar o modo prático de aplicar a orientação saída da reunião de Agosto do Comité Central, em vez de esperarem que os organismos dirigentes do Partido lhes levem receitas feitas que se adaptem perfeitamente à situação dos sectores. Tais receitas não as possui o Comité Central e esperar por elas significa continuar uma actividade rotineira, à margem dos princípios fundamentais

do Partido, que concedem aos diferentes organismos a autonomia para actuarem na sua esfera de acção, tomando as iniciativas que considerem necessárias.

Na situação presente coloca-se diante das organizações e militantes comunistas a impenhosa tarefa de substituir as formas antiquadas de trabalho, conhecidas do inimigo, por formas novas, que todo o Partido se deve empenhar em descobrir, tendo a preocupação de ultrapassar os métodos do inimigo, de defender o Partido da repressão, tornando-o ao mesmo tempo uma força activa e dirigente das lutas da classe operária e das massas trabalhadoras.

Se estamos em determinado sector do Partido, compete às organizações do sector, às células, comités locais, regionais e aos organismos de direcção procurarem os novos processos de trabalho, cada um na sua esfera de acção, de modo a encontrarem as melhores formas para alargar a organização do Partido a uma empresa ou a uma zona industrial, tendo em conta que uma tal actividade deve encerrar os novos processos de controle, de penetração num outro sector, deve atentar sobre o melhor modo de fazer progredir o Partido, sabendo defender os quadros jovens e pouco experientes e ajudando-os ao mesmo tempo a desenvolver uma actividade constante junto dos trabalhadores transformando-os em bons

organizadores e activistas.

O Partido continuará a sofrer baixas de quadros responsáveis, de camaradas dedicados e capazes se não se alterarem profundamente os métodos de controle, de sectores e de regiões inteiras. Neste domínio muito há a fazer e muito se deve fazer. Compete às organizações regionais e locais tomar as medidas mais ajustadas à rápida melhoria da actividade de controle, tendo em conta a experiência do inimigo.

Na aplicação da orientação traçada pela reunião de Agosto do Comité Central o combate aos actos de indisciplina desempenha um papel capital.

Os actos de indisciplina são fruto de atitudes individualistas e reflectem falta de noção de responsabilidade, o menosprezo pelo trabalho colectivo e pelos interesses superiores do Partido e da sua grande causa.

O combate aos actos de indisciplina é um combate indispensável para que o Partido progrida e consolide a sua acção.

Ante as dificuldades existentes e as tarefas que se colocam, o controle de execução é um factor decisivo para que não amorteça a actividade dos militantes, para que as resoluções não fiquem letra morta, para que o trabalho geral do Partido melhore, para que se aplique em toda a sua extensão a orientação do VI Congresso e da reunião de Agosto do Comité Central.

Alargar o Partido — Estruturar o Partido

Não se desenvolve o trabalho de organização sem consciencializar os quadros, sem armar os militantes com o conhecimento indispensável das tarefas que têm de realizar. Se se enviam quadros para o cumprimento de determinadas funções é indispensável que eles estejam armados de um conhecimento preciso sobre a natureza dessas funções e sobre o modo de concretizá-las. Há militantes que se queixam, com justificada razão, do modo como foram enviados para sectores de trabalho, sem que lhes tivesse sido dado o mínimo de informações sobre a situação dos organismos, dos quadros, das empresas, dos perigos que correm, das medidas que é necessário tomar para defesa do Partido. Agindo deste modo as organizações não avançam, os quadros não se formam. Em vários casos decepçionam-se e recuam ou são vítimas da repressão.

Pode um comité local, um organismo regional realizar com sucesso tarefas de organização se ele próprio não se debruça sobre a situação dos seus sectores, não conhece as condições concretas das empresas, a situação dos trabalhadores, as possibilidades dos militantes?

O conhecimento de um sector, o estudo dos seus problemas, a avaliação das suas possibilidades reais facilitam grandemente a actividade da organização.

A base do Partido estabelece a ligação directa do Partido com a classe operária e as massas trabalhadoras. Pode assegurar uma ligação activa o militante isolado e divorciado das massas? Só as células de empresa, só organismos vivos e dinâmicos, voltados para a luta em defesa dos trabalhadores podem assegurar uma tal ligação.

Tais organismos são inteiramente necessários à actividade do Partido. Estruturar e alargar a base do Partido é dar a este as condições indispensáveis para o seu fortalecimento.

Repetidas vezes, com uma insistência que demonstra a importância da tarefa, a direcção do Partido tem chamado a atenção dos militantes para a necessidade de se criarem organismos intermédios, de se vencerem as concepções erradas que levam quadros ilegais, funcionários do Partido ou outros camaradas conhecidos da polícia, a percorrerem sectores inteiros no trabalho de controle.

A existência de um maior número de organismos intermédios — de comités locais, sub-regionais, regionais e provinciais — permite descentralizar o trabalho de controle, desenvolve a capacidade política dos quadros, forma novos dirigentes da classe operária, permite levar o Partido até onde dificilmente chega o esforço dos funcionários, desses heróicos

obreiros do Partido. Do ponto de vista conspirativo os organismos intermédios oferecem melhores condições de segurança ao trabalho de organização.

A posição dos comunistas perante as dificuldades da luta não se identificam com a posição da avestruz que mete a cabeça na areia enquanto a tempestade passa.

Forjados nas batalhas da classe operária, os comunistas aprendem a vencer as dificuldades e a defrontar as situações mais complexas. Ganham uma tempera nova de combatentes de vanguarda pela sua estreita ligação com a classe operária, pelo estudo do marxismo-leninismo, pelo

conhecimento e aplicação prática da linha do Partido, pela sua participação activa e corajosa na luta e na defesa dos interesses dos trabalhadores e nas grandes batalhas pela conquista da Democracia e do socialismo.

Estamos em face de uma situação difícil na vida do Partido. A reunião de Agosto do Comité Central alertou todos os militantes para a gravidade da situação.

O Partido vencerá esta batalha e marchará adiante, combatendo firmemente os erros e deficiências que se manifestam, elevando o nível político dos militantes, dando combate à rotina, ao burocratismo, à indisciplina, à falta de iniciativa, desenvolvendo um esforço constante e metódico para alargar e estruturar a organização, para desencadear lutas de massas, para desenvolver a iniciativa política, para reforçar a Unidade.

A AMIZADE E A COOPERAÇÃO COM A U.R.S.S. E O P.C.U.S. uma constante dos marxistas-leninistas

Todo o desenvolvimento do processo revolucionário mundial no nosso século está indissolivelmente ligado à grande Revolução Socialista de Outubro e às subsequentes vitórias do país dos soviets. Indissolivelmente ligado portanto à actividade do Partido Comunista da União Soviética, guia da Revolução de Outubro, organizador e dirigente do primeiro estado socialista.

A criação de cada partido comunista resultou do amadurecimento político da classe operária do país respectivo. Mas foi a Revolução de Outubro que provocou um salto brusco na consciência socialista do proletariado internacional, realizando na vida as mais fundas aspirações dos trabalhadores, inspirando-os com o exemplo, equipando-os com uma teoria e uma tática revolucionárias, mostrando que a vitória está ao seu alcance. A formação de vanguardas revolucionárias da classe operária é inseparável da vitória do proletariado russo e da actividade do Partido bolchevique. Por isso nós, comunistas portugueses, repetidas vezes afirmamos e lembramos que a criação do nosso Partido em 1921 foi simultaneamente o resultado da luta da classe operária portuguesa e o resultado do exemplo e dos ensinamentos do Partido de Lênine. O desenvolvimento da luta da classe operária em cada país depende das condições sociais e políticas nele existentes e da justa orientação e acção dos partidos comunistas respectivos. Mas a projecção mundial dos êxitos e vitórias da URSS e do PCUS deu e dá poderoso impulso à luta do proletariado internacional. Por isso nós, comunistas portugueses, salientando o papel decisivo do nosso Partido na luta da classe operária portuguesa ligamos os nossos êxitos à influência dos êxitos do povo soviético e do seu partido.

Em cada país a revolução socialista é obra da classe operária e das massas populares. Mas, sem a Revolução de Outubro, sem a construção do socialismo na URSS, sem a vitória da URSS na 2.ª Guerra Mundial, sem a acção libertadora do Exército Soviético e o seu grande potencial militar sem a solidariedade e ajuda do povo soviético, teria tardado, por tempo impossível de determinar, a vitória das revoluções socialistas posteriores e a construção do socialismo noutros países teria sido extraordinariamente mais complexa e mais lenta. Por isso nós, comunistas portugueses, embora vejamos no campo socialista no seu conjunto uma força determinante no curso dos acontecimentos mundiais, continuamos a individualizar a URSS como o maior baluarte do campo socialista, dos trabalhadores de todos os países e de todas forças do progresso, da independência nacional e da paz.

O desenvolvimento do movimento de libertação contra o jugo colonial e a conquista da independência nacional por numerosos países são resultado da luta heróica dos povos respectivos. Mas foi a Revolução de Outubro que marcou o princípio da crise do sistema colonial e as vitórias históricas do movimento nacional-libertador não teriam sido possíveis sem as realizações e vitórias da URSS, sem a ajuda da URSS, assim como sem a criação do sistema mundial do socialismo e sem a solidariedade da classe operária dos países capitalistas. Por isso nós, comunistas portugueses, solidários com o movimento nacional-libertador, dando inteiro apoio à luta heróica pela independência dos povos das colónias portuguesas (que por sua vez é uma ajuda valiosa à luta do povo português contra a ditadura fascista), considerando que o movimento nacional-libertador tem no



campo socialista, na classe operária dos países capitalistas, incluindo os países dominantes, os seus melhores amigos e aliados, salientamos incessantemente o papel decisivo da URSS na luta dos povos subjugados contra o imperialismo.

As vitórias da URSS e do PCUS constituíram e constituem uma ajuda decisiva à luta da classe operária de todos os países. Reciprocamente, os trabalhadores de todos os países deram, ao longo dos anos, apoio activo ao primeiro estado socialista. Opondo-se à guerra imperialista, organizando guerrilhas contra o ocupante, agindo na clandestinidade, desenvolvendo acções de massas, manifestando a sua solidariedade para com a URSS por vezes em condições particularmente difíceis, lutando pelo socialismo, a democracia e a independência nacional, os trabalhadores de todo o mundo, guiados pelas suas vanguardas leninistas, podem justamente dizer que lhes cabe também uma parte nas vitórias do grande país dos soviets.

Sem esta ajuda recíproca, sem esta interligação da luta das forças revolucionárias, teriam sido consideravelmente mais limitadas as vitórias históricas alcançadas na luta contra o imperialismo.

As forças revolucionárias não podem nem devem esquecer estes factos históricos para tirar deles os necessários ensinamentos para a sua actividade presente.

Apesar das diferenças de situação nos vários países, de que resultam necessariamente diferenças de métodos de acção, a revolução socialista é um processo universal. A identidade de interesses de todo o campo socialista e da classe operária de todos os países é uma realidade objectiva. Pretender cindir o campo socialista, pretender destruir no coração das massas exploradas e oprimidas o amor e a confiança na URSS, « mãe da Revolução » e « segunda pátria » dos trabalhadores, pretender não só afastá-las como levantá-las contra a URSS, é um verdadeiro crime contra a causa dos trabalhadores, contra a causa do socialismo. A amizade e a cooperação dos trabalhadores de todos os países e dos povos em luta pela liberdade com o seu maior baluarte, a União Soviética, é uma necessidade vital do movimento revolucionário. Pretender quebrar essa ligação profunda, essa ajuda recíproca, só ao imperialismo aproveita. Nenhum partido que se inspire verdadeiramente pelo marxismo-leninismo pode tomar tal atitude. A amizade para com a União Soviética continua a ser um elevado critério para ajuizar da posição de real defesa dos interesses da causa do socialismo, da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação da exploração e opressão capitalistas. A amizade e cooperação com a URSS e o PCUS são uma constante de todos os marxistas-leninistas.

A unidade de objectivos e de acção dos comunistas do mundo esteve na raiz das vitórias históricas da causa do socialismo e do comunismo. Hoje mais do que nunca, essa unidade é necessária para fazer vitoriosamente frente ao imperialismo, para fazer recuar as suas acções ofensivas, para pôr termo à agressão criminosa que o imperialismo norte-americano lançou contra o mil vezes heróico povo vietnamita.

Nos últimos anos, através de conversações bilaterais e de conferências de carácter regional, assim como através de acordos com fins de cooperação com objectivos concretos, fortaleceram-se as relações de amizade e fraternidade entre a grande maioria dos partidos comunistas e operários. Mostrou-se ser possível a aproximação e o melhoramento das relações, mesmo entre partidos que têm pontos de vista diferentes. Progressos registados na resolução das dificuldades do movimento comunista foram recebidos com alegria por todos aqueles cuja actividade é ditada pelos interesses da grande causa do comunismo.

Infelizmente, opondo-se a esta evolução favorável, vindo nela uma derrota da sua política cisionista e das suas pretensões de ditarem a vontade a todo o movimento comunista, os dirigentes do PC da China, em vez de responderem positivamente aos esforços de aproximação do PCUS e de muitos outros partidos irmãos, multiplicaram os seus ataques à URSS e ao movimento comunista internacional, através de campanhas em que o nacionalismo e o chauvinismo aparecem com evidência crescente. Tal actividade dos dirigentes do PC da China, embora só ao imperialismo aproveite, não pode entretanto destruir a identidade de interesses de todo o campo socialista e do movimento comunista. Por isso, apesar de que os dirigentes chineses afirmam explicitamente e mostram por todas as suas acções que não querem a unidade mas a divisão, é dever dos comunistas tudo continuar fazendo para o restabelecimento da unidade.

Esse resultado não pode ser alcançado fazendo, por um lado, apelos à unidade e evitando, por outro, iniciativas dos partidos que lutam pela unidade por receio que desagradem aos que querem a divisão. Seria no fim de contas favorecer a cisão não tomar as iniciativas adequadas para fortalecer a unidade e a estreita cooperação à escala mundial de todos os partidos fiéis aos ideais da Revolução de Outubro, fiéis ao marxismo-leninismo, fiéis ao internacionalismo proletário.

Dai a necessidade de fortalecer a cooperação dos partidos irmãos através de relações bilaterais estabelecidas na base de igualdade, independência e não intervenção não questões internas. Dai a necessidade de multiplicar, com adequada preparação, os encontros multilaterais com o fim de estabelecer acordos para

acções comuns. Daí a necessidade de manter inabalável a amizade e de fortalecer a cooperação com o PCUS, dirigente da maior fortaleza da revolução mundial e por isso mesmo alvo principal dos ataques dos cisionistas. Ao mesmo tempo, a nosso ver, deve insistir-se sempre na necessidade de diálogo e entendimento com o Partido Comunista da China, que os seus dirigentes, afastando-se cada vez mais do marxismo-leninismo, de facto impedem.

Em 1960, os 81 partidos comunistas e operários, entre os quais o PC da China, reunidos na Conferência internacional, proclamaram que «a preocupação de reforçar constantemente a unidade do movimento comunista internacional é o dever internacional supremo de cada partido marxista-leninista».

O Partido Comunista Português continua a guiar-se na sua actividade por esse princípio e considera que longe de ter perdido a actualidade, ele adquire ainda maior relevo e importância na actual situação internacional. Por

isso o VI Congresso do PCP, realizado na clandestinidade há cerca de um ano, insistiu em que no momento em que o imperialismo norte-americano conduz a bárbara guerra de agressão contra o Vietnã e as forças da reacção procuram esmagar a luta dos povos pela liberdade, a defesa da unidade do movimento comunista internacional «é dever indeclinável dos partidos comunistas e operários e pedra de toque da sua fidelidade a causa do marxismo-leninismo».

A revolução de Outubro, as vitórias do proletariado russo e do Partido bolchevique, estiveram na base da criação do movimento comunista internacional, do estabelecimento da sua unidade de objectivos e duma teoria revolucionária comum. A defesa da unidade do movimento comunista internacional só é possível em volta dos ideais da Revolução de Outubro, em estreita amizade e cooperação com o Partido Comunista da União Soviética, sob a bandeira do marxismo-leninismo, sob a inspiração do internacionalismo proletário.

(Artigo de Álvaro Cunhal, publicado no «Pravda» de 25/11/66)

SOBRE A CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS PARTIDOS COMUNISTAS

Ainda sobre a Conferência mundial, tornam-se necessárias duas palavras mais. Os camaradas chineses acusam de «cisionistas» os que são favoráveis à convocação da Conferência. Estamos habituados a surpresas, mas esta acusação é demasiada. Eles dizem que os partidos a que chamam «revisionistas» são «traidores à classe operária», que é necessário combatê-los e destruí-los, que com os «revisionistas» não pode haver qualquer unidade, que quebrar a unidade com os «revisionistas» é o dever dos «marxistas-leninistas». Da aplicação prática dessa sua concepção dão constantes exemplos, nas posições que tomam e na intervenção na vida interna de partidos irmãos. Mas se os

que chamam «revisionistas», depois de fazerem tudo para se reunirem também com os camaradas chineses, porque estes se recusam, resolverem reunir-se sem eles, aqui d'el rei que estão a quebrar a unidade! Com isto queremos dizer que hoje pensamos dever trabalhar-se pacientemente para a realização duma Conferência Mundial com todos os partidos comunistas e operários, mas que, alguns anos atrás, teria sido melhor ter feito a Conferência mesmo com a ausência de alguns, e que não é totalmente de excluir que a mesma questão se venha um dia a pôr no futuro, se continuar indefinidamente a activa inimizade dos camaradas chineses para com partidos irmãos.

(do Relatório da Actividade do Comité Central
ao VI Congresso do Partido Comunista Português)

A luta sindical

(continuação da 15.ª pág.)

Massas de trabalhadores entram constantemente na produção, muitos milhares de trabalhadores estão ainda pouco radicalizados, outros muitos milhares, por esta ou aquela razão, não estão em condições (se quisermos, não estão dispostos) de passar a formas de luta de tipo superior, digamos, política. Uns e outros precisam de ganhar experiência e consciência de classe através de formas de luta mais simples, menos perigosas, para poderem vir a compreender a necessidade da luta política da classe operária, de todos os trabalhadores, contra a burguesia e o seu governo.

É seguindo um tal caminho que o Partido cumprirá o seu dever para com a classe e se porá continuamente em melhores condições para desenvolver sempre mais a luta económica do proletariado e orientar este sempre com vista a desenvolver a sua consciência de classe. Isto é, esclarecendo-o continuamente sobre os causas reais da exploração e opressão de que é vítima e da necessidade de uma mudança revolucionária do regime actual e do governo actual, como condição para conquistar a liberdade política e com ela a liberdade de se organizar e unir amplamente contra o inimigo de classe e marchar avante para o socialismo, para a solução de todos os problemas da classe operária e das massas trabalhadoras.



SOBRE A LUTA dos operários da CUF do Barreiro

A «FAMÍLIA CUF», constitui o maior potentado do capital monopolista no nosso País e é incontestavelmente um dos pilares importantes da ditadura fascista. A CUF e empresas associadas exploram no conjunto das suas fábricas, cerca de 40 mil trabalhadores. Só nas fábricas do Barreiro eles sugam cerca de 10 mil operários. É nesta vila que se encontra o centro principal da vasta rede de empresas que formam o monopólio CUF.

De ano para ano, o monopólio CUF estende as suas garras a novas empresas e a novos ramos de produção, ao mesmo tempo que os seus capitais e negócios se fundem cada vez mais com os dos «truts» e consórcios internacionais.

Os trabalhadores da CUF são considerados dos mais bem pagos no nosso País, mas isso não significa que os tubarões da CUF sejam melhores patrões, menos exploradores. Os melhores salários e ordenados dos trabalhadores da CUF são o fruto da sua luta constante, da sua organização e unidade combativa. Na CUF do Barreiro impera uma exploração desenfreada. Os trabalhadores são submetidos a ritmos infernais de trabalho. No nosso País deve haver bem poucas empresas onde as formas de exploração capitalista sejam tão apuradas e tão subtis como na CUF.

O tempo cronometrado, o trabalho à cadeia, o «prémio» e «mérito», o trabalho de empreitada, etc., são largamente empregados nas

principais empresas da CUF e suas associadas. Utilizando a demagogia mais descarada e ardilosa através dos mitos «Família Cuf», da «harmonia de classes», os donos da CUF pretendem convencer os operários de que entre eles e os patrões não existem antagonismos de classe, que constituem todos uma só família.

O aparecimento da «COMISSÃO INTERNA DA EMPESA» (CIE) em 1962, não é mais do que um instrumento dessa demagogia.

Infelizmente há operários que se deixam enganar por este cantar de sereia. Não podemos negá-lo.

A luta dos trabalhadores da CUF pelas suas reivindicações não é uma luta fácil. Ela esbarra não só com um forte aparelho burocrático do patronato, com formas refinadas e subtis de exploração e de divisão dos operários, como esbarra também com um forte aparelho repressivo, dentro e fora da empresa. A CUF dispõe de uma «Guarda Privativa» armada, de uma organização de bufos activos que movem uma perseguição constante aos operários. Fora da empresa, desfruta de uma força composta por 500 homens da GNR, que não só guarda as suas fábricas como ocupa, de dia e de noite, a vila do Barreiro. Raro é o mês que esta força não faça exhibições nas ruas da vila com carros de combate, motos, metralhadoras, cavalaria. Este enorme aparelho de terror dificulta a luta, torna-a mais difícil, e não pode ser menosprezado.

Contra a vontade dos exploradores os operários reforçam a sua luta

Contra a demagogia dos dirigentes da CUF e contra o seu aparelho repressivo, os trabalhadores da CUF necessitam de manter-se unidos e prosseguir na luta em defesa dos seus direitos e interesses. Nos fins de 1963, cerca de 5.000 operários assinaram uma exposição na qual exigiam três reivindicações principais: pagamento do 7.º dia, aumento geral e salário igual a trabalho igual. A CUF tem-se recusado a satisfazer estas reivindicações, mas os trabalhadores têm mantido a luta por elas. Ao longo destes três anos, milhares de trabalhadores têm participado na luta sob as mais variadas formas; em dezenas e dezenas de reuniões com 20, 30, 50 e mais trabalhadores nas secções, agitando e discutindo os seus problemas; em pequenas concentrações e paralisações nas secções. Só em 1965 houve em toda a empresa 9 concentrações mobilizando mais de 500 operários, e 6 pequenas paralisações englobando mais de 2.000 trabalhadores. Du-

rante alguns períodos têm feito «cera», por vezes intensa, com por exemplo nos meses de Junho-Julho de 1966.

Os operários da CUF ainda não conseguiram obter as três reivindicações formuladas na sua exposição de 1963. Porém, em consequência da luta constante que têm travado por elas, criaram condições para conquistarem outras, como, por exemplo, as que conseguiram em 1965:

— Promoção de 70% dos operários que apresentaram um aumento de 4 a 12\$00 para os operários promovidos, e promoção de 30% dos empregados.

— Subsídio de férias de 50% do salário a todos os operários com mais de 3 anos de casa e menos de 10; 75% aos que têm mais de 10 e menos de 15 e 100% aos que têm mais de 15 anos de casa.

— Subsídio de turno de 25% do salário a todos os operários que trabalham nos turnos das

20 às 7 horas.

— Subsídio de baixa com o pagamento pela empresa de 1/5 do salário pagando a Caixa os restantes 2/5, recebendo assim o operário o salário por inteiro.

— Concessão de felos-macaco para os ope-

rários em algumas secções da Zona química.

Estes sucessos parciais conseguidos graças à luta, devem animar todos os trabalhadores a prosseguirem com mais energia a sua luta por novas reivindicações, pela conquista de aumento geral de salários e ordenados e pelo pagamento do 7.º dia.

Desenvolvamos a luta!

Mais unidade! Mais organização!

A luta tem-se limitado em demasia aos marcos da CIE, as formas de organização e processos de luta pouco têm saltado do seu âmbito. Os trabalhadores têm vivido muito da espera, da acção isolada dos delegados com o patronato. Devemos explicar aos trabalhadores que a CIE não resolve por si só as principais reivindicações da classe. A CIE foi criada pela direcção da CUF para servir os seus objectivos políticos, para encerrar a luta dos operários numa camisa de forças, para impedir os abaixo-assinados, as concentrações, as paralisações, as greves, para minar a unidade e organização dos trabalhadores e o seu espírito revolucionário. Contra a vontade do patronato, os operários devem utilizar as possibilidades da CIE, particularmente os « Grupos » e « Sub-Grupos », na luta da classe e, ao mesmo tempo, desenvolver outras formas de organização unitária e outros processos de luta fora dela.

Quando o patronato se recusa a discutir e a atender as reivindicações da classe apresentadas pelos delegados, os trabalhadores devem escolher o caminho mais justo saltando por cima dos marcos da CIE, travando a batalha no melhor campo — a empresa — e criando as formas de organização próprias para a dirigir. A organização local do Partido deve saber orientá-los.

Neste momento, uma grande tarefa se põe ante todos os operários e empregados da CUF: organizar a sua luta decidida por aumento geral de salários e ordenados. Desde 1962, que a CUF não dá aumento geral. Foi nesse ano que 4.000 trabalhadores assinaram uma exposição na qual reivindicavam 15\$00 de aumento. Conquistaram 8\$00 para os operários e 20\$00 (por mês) para os mensais. O custo de vida, de então para cá aumentou muito.

Impõe-se fomentar e desenvolver a realização de reuniões de trabalhadores dentro das secções, aproveitar ainda mais as possibilidades dos « Grupos » e « Sub-Grupos » da CIE; agitar e discutir as reivindicações mais sentidas da classe; formar comissões de unidade para dirigir a luta dentro da empresa; combinar formas de acção concretas a levar a cabo. Sem organização e unidade, os trabalhadores não podem avançar de maneira segura na sua luta.

Contra a exploração sempre mais desenfreada, contra a subida brusca do custo de vida, os trabalhadores devem responder com a sua luta pronta e organizada por aumento geral de salários e ordenados e por melhores condições de trabalho. As organizações do nosso Partido devem estar nas primeiras linhas da luta, dirigindo e orientando os trabalhadores.

A luta sindical

(continuação da 16.ª pág.)

cada vez maior consciência de que por meio da luta unitária, persistente e audaz no próprio terreno dos sindicatos nacionais fascistas, é possível arrancar ao patronato e ao governo, concessões — aquilo que eles não dão por vontade própria.

Não se encubram, pois, as dificuldades que a luta comporta, a incapacidade de lutar, ou o medo de lutar efectivamente, as incompreensões, a falta de estudo dos problemas dos trabalhadores, além das atitudes sectárias de que os operários e os trabalhadores não ligam nenhuma aos sindicatos, ninguém quer saber dos sindicatos para nada, etc.. A própria leitura atenta da imprensa diáriaamente sem apelo às alegações gratuitas. Têm tido lugar assembleias gerais ordinárias e extraordinárias nos sindicatos nacionais onde a luta tem sido renhida para discussão de contratos colectivos de trabalho, para eleição dos corpos gerentes e outros problemas de interesse para os trabalhadores com a participação de algumas centenas, mil, dois mil e mesmo três mil trabalhadores como foi, por exemplo, o caso dos benfiteiros de Lisboa e Porto. A imprensa do Partido e outros documentos tem relatado concentrações massivas de trabalhadores nos sindicatos, que nalguns casos se têm transformado em potentes manifestações de rua, reclamando os trabalhadores a satisfação

das suas reivindicações.

* * *

Vê-se assim como é falsa de sentido a ideia de que a luta sindical fez o seu tempo. Mesmo a melhor das democracias burguesas a luta sindical não fez o seu tempo, nem fará o seu tempo. Ao contrário, e ainda bem, a luta sindical em defesa dos interesses da classe operária e das massas trabalhadoras desenvolve-se em todos os países capitalistas e novos sindicatos nascem nos países que recentemente ascenderam à independência. Mesmo após a tomada do poder pelo proletariado neste ou naquele país, a luta na base dos sindicatos, nos sindicatos e dos sindicatos não fará o seu tempo, não estará ultrapassada, terá antes de continuar, noutras condições, noutras moldes e com outros objectivos, é certo, mas sempre em defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores.

* * *

Também não tem qualquer sentido toda e qualquer subordinação que se pretenda fazer de uma forma de luta a uma outra porque, se válidas, cada uma delas é obrigatória e indispensável, ali para o desenvolvimento recíproco de uma e outra ou de umas e outras.

(continua na 13.ª pág.)



A LUTA SINDICAL TAREFA OBRIGATÓRIA DOS COMUNISTAS

Conforme as decisões e resoluções dos Congressos do Partido e do Comité Central, é tarefa obrigatória dos comunistas estarem sempre onde se encontram os operários e as massas trabalhadoras e aí desenvolverem uma actividade consequente em defesa dos seus interesses de classe contra o capital. No que respeita aos sindicatos nacionais fascistas, também os comunistas nunca podem esquecer a importante tarefa de dirigir a luta sindical, seja em que condições for.

Os sindicatos nacionais são parte integrante da organização corporativa-fascista, isto é, são sindicatos fascistas. Por isso mesmo tais sindicatos não foram criados para defender os interesses dos operários, ao contrário, o governo fascista de Salazar, representante dos interesses da grande burguesia capitalista e dos grandes agrários, liquidou, em 1933, os sindicatos independentes da classe operária e criou em seu lugar os sindicatos, ditos nacionais, que outra coisa não são que instrumentos do capital e do governo que o representa contra os interesses dos trabalhadores. Esta dura realidade não retira, porém, nada à importância que os sindicatos nacionais fascistas, devem merecer aos militantes comunistas e operários como campo de batalha dos trabalhadores pela defesa dos seus interesses de classe contra o capital, como nada retira à justeza das resoluções e decisões dos Congressos do Partido e do seu Comité Central de que os comunistas devem estar onde estão as massas trabalhadoras para ajudá-las na luta contra os seus exploradores.

As células de empresa cabe um papel determinante na mobilização dos operários para se baterem nos sindicatos nacionais e fazerem deles verdadeiros campos de batalha permanente pela defesa dos seus interesses económicos: A luta no terreno sindical não pode deixar de estar sempre na ordem do dia, é uma tarefa permanente dos comunistas.

«A luta sindical — dizia Lênine — é uma das manifestações permanentes de todo o movimento operário, sempre necessárias sob o capitalismo e obrigatórias em todos os momentos».

A luta no terreno sindical travada e a desenvolver dentro dos sindicatos fascistas sob as condições de uma feroz ditadura fascista, é uma tarefa muito difícil, pejada de obstáculos, exigindo dos militantes comunistas e operários sacrifícios de toda a ordem. Porém, para os comunistas não há, não pode haver, dificuldades que não possam ser vencidas, obstáculos

que não possam ser ultrapassados e sacrifícios que não sejam capazes de suportar sempre que estejam em causa os interesses da classe operária e das massas trabalhadoras.

Em 1964, havia inscritos nos sindicatos nacionais fascistas, 1.212.325 trabalhadores, sendo 757.009 sócios e 455.316 contribuintes. A importância destes números salta à vista de qualquer comunista ou militante operário. Com vontade ou sem ela, é uma realidade que não pode ser iludida, antes tem de ser encarada por todos os militantes do Partido com sentido das responsabilidades. Com vontade ou sem ela, trata-se de uma massa enorme a subtrair à influência ideológica dos agentes da grande burguesia do Ministério das Corporações.

Quer se queira quer não, existem contratos colectivos de trabalho, assinam-se contratos de trabalho que, em certa medida, é verdade, amarram grandes massas de trabalhadores durante anos. O facto, porém, desses contratos virem muitas vezes apenas sancionar níveis de salários obtidos há muito pelos trabalhadores por meio de uma luta persistente e corajosa, não elimina o interesse cada vez maior que os trabalhadores lhes atribuem como o comprovam dezenas de casos e, mais recentemente, como se patenteia ante todos as movimentações dos empregados da imprensa de Lisboa, dos operários de curtumes de Alcanena, dos trabalhadores do porto de Lisboa, os bancários de todo o país, etc., etc..

As células de empresa, os comunistas, não podem fechar os olhos a esta realidade, antes têm de abrir bem os olhos para ela e porem-se decididamente à frente das massas trabalhadoras.

A classe operária e as massas trabalhadoras, reclamam, e bem, cada vez mais por toda a parte, novos contratos colectivos de trabalho que estipulem salários mais conformes com o custo de vida, exigem mais dias de férias, aumento do Abono de Família, melhor assistência médica, etc.. De salientar é, que os trabalhadores há já algum tempo que exigem e impõem a sua participação na elaboração, discussão e aprovação dos contratos colectivos de trabalho por meio de amplas assembleias gerais, ordinárias, umas, extraordinárias, outras. Isto é assim porque, ao contrário do que pregam os sectários de todos os tons, a classe operária e restantes trabalhadores ganham

(continua na 15.ª pág.)